

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Tributos e encargos pesam mais e já são 50% da conta de luz	2
Título: Petróleo sobe	3
Título: Projeto de ouro da Belo Sun no Pará completa sete anos esperando licença	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Roubo a base venezuelana teve a ver com ouro	5
VEÍCULO: Folha de S.Paulo	7
Título: Quase 20 anos depois de vazamento, pescadores brigam por indenização	7
VEÍCULO: O Globo	10
Título: Riscos ambientais atravessam o ano	10

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 26/12/2019**Seção:****Autor:** Rodrigo Polito**Título:** Tributos e encargos pesam mais e já são 50% da conta de luz

Em meio ao esforço de desoneração tarifária em curso pela a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e às discussões sobre a reforma tributária no Congresso, um estudo recém-lançado pelo Instituto Acende Brasil e pela PwC traz dados alarmantes sobre o peso de tributos e encargos nas contas de luz: 49,8% da receita bruta operacional das empresas de energia do país em 2018 foi destinada a pagar impostos e contas de fundos setoriais, somando R\$ 86,7 bilhões.

O resultado indica um aumento em relação aos dois anos anteriores (47,71%, em 2017, e 47,94%, em 2018) e sugere que os tributos e encargos passarão a responder por mais da metade da tarifa de energia nos próximos anos. Na semana passada, por exemplo, a Aneel aprovou um aumento de 8% do orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) - o “super encargo” do setor elétrico, para 2020, somando R\$ 21,9 bilhões.

“Se não mudar nada, a tendência é piorar”, diz o presidente do Acende Brasil, Claudio Sales. “Estamos seguindo numa situação que não é a mais desejada. Se nada for feito, a régua vai subir mais”, completa Roberto Corrêa, sócio da PwC e um dos responsáveis pelo estudo.

O levantamento analisou demonstrações financeiras de 34 empresas de geração, transmissão e distribuição de energia, que representam 70% do mercado. O material contemplou ainda sete tributos federais, estaduais e municipais e dez encargos setoriais. Pelo lado dos impostos, o destaque é o ICMS, que responde por 21,17% da conta de luz. Sobre os encargos, a CDE representa 10,89% da tarifa.

A CDE, aliás, foi a principal responsável pelo crescimento da participação de tributos e encargos na conta de luz em 2018. Em valor absoluto, a conta passou de R\$ 15,6 bilhões, em 2017, para R\$ 18,9 bilhões no ano seguinte. O “super fundo” engloba uma série de políticas públicas relacionadas ao setor elétrico, entre elas o custeio de óleo combustível para geração termelétrica em regiões isoladas, subsídios nas tarifas de uso de redes de transmissão e distribuição para projetos de energias renováveis e tarifa social de baixa renda.

Sales destaca o esforço feito pela Aneel para assegurar transparência e mostrar o peso dos encargos nas tarifas. O principal pleito da indústria agora é que as políticas públicas não sejam custeadas por encargos setoriais, mas pelo Tesouro.

Segundo o presidente do Acende Brasil, os encargos são “perversos” e, em muitos casos, “indutores de ineficiência”.

Pelo lado dos impostos, a estratégia é aproveitar a reforma tributária para desonerar o setor. “É importante que nossos legisladores e o governo não percam de vista este descalabro que acontece do ponto de vista da taxa da conta de luz, para que usem esta oportunidade para corrigir essa distorção”, completou Sales.

Ainda segundo o levantamento, o peso dos encargos e tributos na conta de luz em 2018 é o segundo maior da série histórica, iniciada em 1999. Em 2015, o indicador ficou em 51,64% motivado pelo aumento desproporcional na CDE. Na ocasião, por uma mudança na lei, estava previsto que parte dos encargos seria coberta pelo Tesouro. Como a União não colocou os recursos, o déficit foi repassado para as tarifas do ano seguinte.

De acordo com Sandoval Feitosa, diretor da Aneel, os esforços para reduzir as tarifas devem focar nos custos de geração, tributos e encargos, que, juntos, respondem por cerca de 80% da tarifa média. Na área de geração, o foco da agência agora é a antecipação do vencimento de contrato de térmicas a óleo diesel e combustível, mais caras e poluentes. Nos tributos, ele considera a questão do ICMS um “enorme desafio”, já que trata-se de imposto fixado pelo governo estadual e que, em muitos casos, é a principal fonte de arrecadação do Estado. Com relação aos encargos, ele lembra que muitos subsídios não possuem regras definidas para seu encerramento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/12/2019

Seção: Destaques

Autor:

Título: Petróleo sobe

Os contratos futuros de petróleo fecharam em alta na terça-feira. Os preços dos contratos do Brent para fevereiro subiram 1,22%, para US\$ 67,20 por barril, na Intercontinental Exchange, em Londres. Já na New York Mercantile Exchange (Nymex), o barril do WTI para fevereiro avançou 0,97%, para US\$ 61,11.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 26/12/2019**Seção:** Destaques**Autor:****Título:** Projeto de ouro da Belo Sun no Pará completa sete anos esperando licença

Impasse sobre competência para liberar exploração da Companhia canadense surgiu no primeiro semestre de 2013

Empreendimento bilionário para a exploração de ouro a céu aberto no município de Senador José Porfírio (PA), na região do Xingu, o projeto Volta Grande passou mais um ano - já são quase sete - sem conseguir superar os entraves judiciais para o início das obras.

Ao longo de 2019, a mineradora canadense Belo Sun, responsável pelo projeto, acumulou derrotas na Justiça. Os impasses dizem respeito à competência para a concessão da Licença de Instalação (LI) - se é estadual ou federal - e ao reassentamento das famílias que vivem sob a área de influência do empreendimento.

Atualmente, está suspensa a licença concedida em 2017 pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) do Pará. Em novembro, o Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA) decidiu que só vai liberá-la quando a mineradora comprovar que todos os integrantes das populações tradicionais, que serão afetados pela obra, foram realocados, o que ainda não ocorreu.

Antes, em julho, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), em Brasília, impôs outra condicionante: a apresentação de um Estudo de Componente Indígena (ECI) condizente com as diretrizes da Fundação Nacional do Índio (Funai) - medida que também está pendente.

A Belo Sun chegou a elaborar um ECI em 2016, que acabou reprovado pela Funai. Na ocasião, a mineradora - que pertence ao grupo canadense Forbes & Manhattan, um banco de capital privado que desenvolve projetos internacionais de mineração - disse que, para complementar o estudo, iria visitar terras indígenas e realizar entrevistas com representantes das comunidades.

Há cerca de dois anos, os indígenas de Volta Grande do Xingu, região que já sofre os impactos da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, elaboraram um protocolo de consulta - documento no qual alertam sobre os riscos que empreendimentos de tamanha envergadura representam à sua sobrevivência.

“Perdemos nossa principal fonte de alimentação e renda, que era a pesca artesanal e de peixes ornamentais. Não sabemos como ficarão o rio, os bichos, a floresta e nem a gente daqui para frente”, escreveram.

A mineradora diz que está “reelaborando” o ECI, desta vez seguindo as regras da Funai. “Superada esta fase, o projeto Volta Grande retomará seu caminho visando o desenvolvimento local e o fortalecimento do território.”

Ao longo dos últimos anos, o ambicioso projeto entrou na mira do Ministério Público Federal (MPF) do Pará, que viu inconsistências nos relatórios de impacto ambiental formulados pela Belo Sun. Além disso, os procuradores têm insistido na Justiça para que a emissão da LI seja uma atribuição federal, a cargo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e não estadual.

A celeuma judicial atrasou os planos da subsidiária da canadense Belo Sun Mining Corp, que calculava obter a licença no primeiro semestre de 2013 e começar a exploração efetiva do ouro a partir do primeiro trimestre de 2015. A empresa estima que a lavra do ouro nas margens do rio Xingu avance por até 20 anos, com previsão de que, na metade deste tempo, sejam reviradas 37,8 milhões de toneladas de minério tratado.

Neste momento, está válida a decisão judicial segundo a qual a competência para o processo de licenciamento de Volta Grande é da Semas, e não do Ibama - contudo, esse ainda é um entendimento provisório. Procuradores que atuam no processo estimavam que o TRF-1 proferisse ainda neste ano uma decisão definitiva sobre esse conflito, mas isso não ocorreu. Procurado para informar se haveria previsão de julgamento em 2020, o tribunal informou que não poderia responder, pois está em período de recesso.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/12/2019

Seção: Internacional

Autor:

Título: Roubo a base venezuelana teve a ver com ouro

Militares levaram armas a pedido de comerciante de Santa Elena de Uiarén que teve mina tomada pelo ELN

CARACAS - Não foi um levante militar ou uma tentativa de golpe o que ocorreu esta semana no 513 Batalhão de Infantaria Selva Mariano Montilla, no município Gran Sabana do Estado venezuelano de Bolívar. Segundo o site Infobae, na verdade, a operação formada pelo tenente da reserva Josué Abraham Hidalgo

Azuaje, o sargento da Guarda Nacional Bolivariana (GNB) Darwin Balaguera Rivas e um grupo de indígenas pemón tinha sido patrocinada por Andrés Antonio Fernández Soto, que queria reaver uma mina de ouro na região.

O tenente Hidalgo Azuaje foi passado para a reserva em 24 de fevereiro de 2018, sete meses depois de ter sido promovido. Ele e alguns companheiros foram alvo de investigações depois que a Direção de Contrainteligência Militar detectou, por meio de um chat, que eles estavam manifestando seu descontentamento com o que estava acontecendo com as Forças Armadas e até mesmo integravam um grupo rebelde que dizia se chamar a Espada de Deus. O sargento Balaguera esteve no destacamento da Guarda Bolivariana em San Antonio del Táchira até 23 de fevereiro, quando cruzou para o território colombiano com um grande número de militares após reconhecer Juan Guaidó como comandante- chefe das Forças Armadas.

Ali permaneceu em um hotel em Cúcuta com outros militares que tinham desertado ou haviam passado para a reserva. Com o tempo, Balaguera começou a se desesperar com a falta de avanços para solucionar a situação do país. Foi para Cali depois de ser recrutado pelo tenente Hidalgo para roubar armas no Estado venezuelano de Bolívar. Balaguera disse que para chegar de Cali a Bolívar passou pelo Peru e depois pelo Brasil, em uma travessia de 12 dias. Foi desse fato que o ministro de Comunicações da Venezuela, Jorge Rodríguez, chegou à conclusão de que os governos do Peru e do Brasil estavam envolvidos no caso.

A ideia da chamada Operação Aurora foi idealizada por Fernández Soto, conhecido como Toñito. Balaguera disse que o conheceu em Paracaima (Roraima) e ele teria cerca de 42 anos. Toñito controlava uma mina com um grupo de indígenas pemóns que lhe foi tomada pelo Exército de Libertação Nacional (ELN), da Colômbia, e é muito conhecido na região porque tem várias lojas em Santa Elena de Uairén, na fronteira com o Brasil. Ele também teve estreita ligação com o indígena pemón Emilio González, a quem o governo – de forma fraudulenta – o destituiu da prefeitura de Gran Sabana, para a qual havia sido legitimamente eleito. No domingo, o tenente Hidalgo, o sargento Balaguera e os indígenas entraram no depósito de armas do 513 Batalhão de Infantaria Selva Mariano Montilla e roubaram 112 fuzis AK 103 e munições.

Em seguida, tentaram tomar o Comando 5102, Esquadrão de Cavalaria de Santa Elena e levaram como reféns o comandante e dois subalternos. Um soldado foi morto. Durante a fuga, se dividiram. Hidalgo partiu em uma caminhonete Hilux com 30 fuzis e os reféns, um dos quais conseguiu escapar. Balaguera, por su vez, partiu com um caminhão e 82 fuzis. Durante a fuga, passou por um posto de controle e desceu para falar com os militares. Acabou discutindo com um militar e desencadeando um tiroteio.

O motorista do caminhão e os indígenas fugiram com o caminhão e Balaguera acabou preso. Os que sobraram continuaram pelas trilhas e, na entrada do povoado de Paraitepuy de Roraima, abandonaram o caminhão. Dentro, ficaram 82 fuzis AK 103, 60 granadas 40 MM, 1 RPG e 6 caixas de munição 7.76. Vários indígenas acabaram sendo presos e eles, assim como o sargento Balaguera, revelaram que não era uma sublevação. O ex-prefeito de Gran Sabana Ricardo Delgado disse que Balaguera e os indígenas, entre eles Juvencio Gómez, ex-deputado, foram torturados.

VEÍCULO: Folha de S.Paulo

Data: 26/12/2019

Seção: Especial

Autor: Nicola Pamplona

Título: Quase 20 anos depois de vazamento, pescadores brigam por indenização

Rompimento de duto da Petrobras despejou 1,3 milhão de litros de petróleo na Baía de Guanabara

Rio de Janeiro - Quase 20 anos após o vazamento de 1,3 milhão de litros de petróleo na Baía de Guanabara, pescadores afetados ainda brigam por indenização da Petrobras. Uma das maiores tragédias ambientais brasileiras, o derrame foi provocado pelo rompimento de um duto da Refinaria Duque de Caxias, na Baixada Fluminense.

No início do mês, depois de quase duas décadas de disputa judicial, Petrobras e a Feperj (Federação dos Pescadores do Rio de Janeiro) chegaram a um acordo para o pagamento de cerca de R\$ 7,7 mil para cada pessoa de um grupo de 12.180. A decisão, porém, é questionada pelo coletivo Pescadores com Dignidade, que tenta suspender o acordo.

Eles alegam que a Feperj não ouviu a categoria durante as negociações com a estatal e que a lista de indenizados está incorreta ao excluir pescadores de diversas colônias e incluir pessoas que não eram nascidas à época do desastre.

O vazamento ocorreu na madrugada do dia 18 de janeiro de 2000. O óleo se espalhou por 23 praias e atingiu a área de preservação ambiental de Guapimirim, a maior área de mangue preservado no estado do Rio, com grandes impactos ambientais e econômicos.

A ele se seguiram dois outros acidentes da estatal: em julho daquele mesmo ano, cerca de 4 milhões de litros de petróleo vazaram de um duto no Paraná para os rios Bangu e Iguaçu, e em 2001 uma explosão afundou a plataforma P-3 6, na

Bacia de Campos, deixando 11 mortos e jogando 1,2 milhão de litros de petróleo no mar.

Os pescadores da Baía de Guanabara aguardavam julgamento do caso no STJ (Superior Tribunal de Justiça), marcado para 2020, quando a Feperj anunciou acordo com a esta tal. No dia 11, a Justiça emitiu três mandados de pagamento pela Petrobras: de R\$ 66,7 milhões para a federação e R\$ 3,7 milhões para o escritório de advocacia que a representou.

O coletivo Pescadores por Dignidade, porém, foi ao Ministério Público Federal pedir a revisão do acordo. “99% dos pescadores não o aceitam”, defende a advogada do coletivo, Elza Maimone.

A primeira queixa é que a ação pede indenização por dez anos, mas o acordo só trata do pagamento por 45 dias de suspensão das atividades. A Petrobras já havia vencido esse ponto na Justiça, mas os pescadores recorreram.

“A federação renunciou aos dez anos e restringiu a uma lista de 12 mil pescadores, alguns que na data do derramamento tinham quatro anos de idade, gente que não pescava mais, uma série de irregularidades”, diz Maimone. “E excluiu dessa relação pescadores que eram registrados”, diz.

A Folha conversou com diversos pescadores que alegam estar fora da lista, apesar de terem exercido a atividade na época do vazamento. É o caso de Hélio Pereira Filho, 51, registrado em 1999 como caranguejeiro na colônia Z-9, de Magé, uma das áreas mais atingidas pelo óleo.

Como prova adicional, ele mostra um recorte de jornal da época do vazamento em que aparece na primeira página segurando um caranguejo coberto por óleo. “Olha a foto aqui. E eu não estou na lista.”

Procurada, a Feperj disse que não comentaria o assunto. No dia 16 de dezembro, uma reunião com os pescadores que se dizem prejudicados terminou em acusações de intimidação por parte de seguranças da federação. Na quinta (19), os pescadores fizeram um protesto na Câmara Municipal de Niterói, onde está a sede da entidade.

A Petrobras diz que indenizou cerca de 4.000 pescadores com barcos e materiais de pesca, além de cestas básicas. A estatal pagou ainda R\$ 754 (cerca de R\$ 2.500 hoje) pelos 45 dias em que a atividade foi proibida na região.

A ação judicial, porém, foi iniciada por divergências em relação ao número de atingidos, e os pescadores alegam que o valor não foi suficiente.

“Nossa rede ficou pretinha de óleo”, conta Luiz Gonzaga Antunes da Silva, 76. Hoje aposentado, ele diz que teve que viver de bicos enquanto não podia voltar ao mar. “Não podia parar, tinha que criar meus seis barrigudinhos”, diz, referindo-se aos filhos.

Os pescadores dizem que os mangues e a própria baía permanecem com óleo no fundo. Mas, para especialistas, é difícil saber se ainda é resquício do vazamento do ano 2000 ou de outros derrames ocorridos desde então, provocados tanto por navios quanto por operações da Petrobras.

“A Reduc [Refinaria Duque de Caxias] continuava sendo, dez anos depois do acidente, a maior poluidora da baía, jogando inclusive muito óleo”, diz o deputado estadual e ex-secretário de Meio Ambiente do Rio, Carlos Mine (PV).

Em 2011, durante sua gestão, a Petrobras assinou com o governo do estado um termo de ajustamento de conduta se comprometendo a investir para reduzir a poluição.

Na quinta (19), porém, o Ministério Público do Rio de Janeiro pediu a suspensão das atividades da refinaria e investimento de R\$ 50 milhões para compensar danos causados pelo lançamento de efluentes na baía. Para a procuradoria, a Petrobras não cumpriu o termo de compromisso.

O elevado tráfego de navios e o despejo de esgoto contribuem para continuar poluindo a área. Em dezembro de 2012, um vazamento provocado por tentativa de furto em duto da Petrobras jogou 60 mil litros de petróleo no rio Estrela, na região de Magé. A área, que já havia sido impactada pelo vazamento de 2000, tem hoje trechos de mangue praticamente sem vida.

“Antes da poluição, dava para pegar cinco tabuleiros [caixas] de caranguejos. Hoje só peguei duas”, diz Reginaldo dos Santos, 57, de Magé. “Tinha tainha rebojando [nadando na superfície]. Hoje isso aqui está um cemitério.” “Eles conseguiram acabar com tudo. E não fazem nada para mudar”, afirma Paulo Batista dos Santos, 47, de Duque de Caxias. “Não dá para sobreviver mais, agente passa fome porque não acha a quantidade de pescado que achava.” Para Mine, as medidas compensatórias estipuladas pelos órgãos ambientais após o vazamento de 2000 foram parcialmente cumpridas pela estatal. “Do ponto de vista de medidas ligadas ao acidente, houve pouca repercussão.”

A Petrobras afirma que “estudos com a participação de instituições governamentais, científicas e acadêmicas nacionais e internacionais indicaram que 30 dias após o acidente já não havia efeitos do vazamento de petróleo”. A companhia diz ter usado cerca de 2.400 pessoas e 96 embarcações na limpeza do óleo.

“Pesquisas atuais apontam que as principais causas da poluição na Baía de Guanabara são esgoto e lixo domésticos”, diz a estatal. Segundo a empresa, o vazamento foi um “divisor de águas”, que levou à reformulação de seu sistema de prevenção e resposta a acidentes, com a revisão do sistema de dutos e a implantação de centros de defesa ambiental.

O biólogo Mario Moscatelli diz que o manguezal da foz do rio Surubi, uma das áreas afetadas mais sensíveis, já mostra “vigor parecido àquele que tinha antes do vazamento”, embora ainda tenha cheiro de óleo. “O mangue tem pouco oxigênio, que é fundamental para atacar o resíduo oleoso. Então, esse resíduo vai ficar lá sabe-se lá por quanto tempo.” Ele questiona a falta de condenações criminais de responsáveis por acidentes ambientais no país. “Tem multas para a pessoa jurídica, mas não tem nenhuma pessoa física punida. O que fica claro é que o mal ambiental no país compensa”

VEÍCULO: O Globo

Data: 26/12/2019

Seção: Coluna

Autor: Míriam Leitão

Título: Riscos ambientais atravessam o ano

Foram tantos desastros ambientais ao longo de 2019 que é difícil esperar boas novas para o ano que vem nesta área. As estatísticas de desmatamento dos quatro meses de agosto a novembro já pertencem a 2020. E nesses meses a destruição aumentou 100%. Há para o ano que vem um enorme risco de novo desastre. “O Brasil entrou pequeno na COP 25 e saiu minúsculo”, diz um participante da Conferência. O ano ambiental do Brasil superou as piores expectativas, porque acreditava-se que o bom senso iria se impor num país que depende da boa imagem para ter mercados para o seu agronegócio.

No início do ano havia previsão de que a retórica agressiva e atrasada iria ceder, nem que fosse por cálculo. Não cedeu. Houve queimadas, aumento do desmatamento, fake news divulgadas pelo próprio governo, inação diante do desastre do petróleo nas praias, demissão injusta no INPE, briga com a ciência, incentivo a garimpeiros, leis generosas com grileiros, desmonte do Fundo Amazônia, morte de líderes indígenas e o país assumindo o papel de vilão na COP, que fora inicialmente prevista para ser realizada no Brasil.

A bancada ruralista comemorou o bom ano em que teve dois ministros da Agricultura e nenhum do Meio Ambiente. Em que liberou-se um volume de agrotóxico recorde, e várias leis aprovadas o beneficiaram. É vitória de curta duração e de visão estreita. O consumidor está mudando mais rapidamente do

que se previa. Conversei com pessoas que foram a Madri e que são veteranas em conferências do clima. O que eles disseram é que a vibração e a mobilização da sociedade ficou muito mais intensa desta vez. Não é onda passageira, por causa do encontro, tanto que a expressão “emergência climática” foi um dos termos mais usados em 2019.

—A mudança parece vir de baixo. Havia uma força e um grito em uníssono nesses grupos de manifestantes que nunca tinha visto antes. A junção de jovens, indígenas, povos tradicionais foi muito provocadora —afirma uma dessas pessoas.

Um dos avanços em outras COPs ocorreu no setor empresarial, que há tempos tem vozes cada vez mais eloquentes em defesa de uma forma de produção de menor impacto ao meio ambiente. O mundo dos negócios já está fazendo sua transição e as vozes das ruas estão cada vez mais fortes. Tudo isso se transformará em decisões dos consumidores que afetam o consumo de produtos que venham de países vistos como sendo os vilões do clima.

Os argumentos que o governo de Bolsonaro apresentou para enfrentar as críticas ao Brasil foram os feitos dos governos anteriores, exatamente aqueles que ele vive criticando. Foi no período de 2004 a 2012 que o país derrubou fortemente o desmatamento e isso é que nos dá números bons comparados a 2005, ano usado nas estatísticas de avanço. O problema é o momento presente e as projeções para o futuro imediato.

A COP 25 tinha a tarefa de preparar o caminho para que em Glasgow fosse discutido um aumento das ambições dos países no combate aos efeitos da mudança do clima. O resultado foi frustrante. Os cientistas estão alertando que no cenário atual o mundo terá uma elevação de temperatura de três graus e estão avisando sobre o perigo de aproximação do ponto crítico para a Amazônia. O fracasso da reunião em Madri torna mais importante ainda a COP 26. E como o Brasil chegará a Glasgow? O país perdeu completamente a liderança que teve e foi objeto de chacota, como ocorreu quando o ministro Ricardo Salles disse que a Alemanha havia “topado” o novo formato do Fundo Amazônia, e foi imediatamente desmentido pela Alemanha. Salles foge dos fatos, dos dados e da realidade com grande frequência, mas fez isso numa reunião internacional. “Foi uma vergonha escancarada”, disse um dos participantes.

Mais importante do que saber de que forma estaremos numa reunião da ONU, se do lado da solução ou do lado do problema, é fortalecer as instituições para a proteção dos mais afetados por essa política desatinada no meio ambiente. Hoje já se sabe que as agendas da justiça social e da justiça ambiental se tornaram uma só. Os mais frágeis sofrem mais diretamente os efeitos dos extremos do clima.

No caso do Brasil, há um risco mais imediato: o destino dos povos indígenas.

MME / ASCOM.